

REDES SOCIAIS

Ação urgente contra fraudes e violência

AGU pede ao STF que tome uma decisão, o mais breve possível, para que as empresas proprietárias de plataformas coíbam conteúdos considerados ilegais

» MAIARA MARINHO

A Advocacia-Geral da União pediu, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma decisão urgente que obrigue as redes sociais que operam no Brasil a **imporem a disseminação de notícias falsas e impedirem a violência digital**. Segundo a AGU, a medida é necessária por conta da “continuada conduta omissiva dos provedores de aplicação de internet em remover e fiscalizar de forma efetiva os mencionados conteúdos, em desrespeito aos deveres de prevenção, precaução e segurança”.

Em relação às notícias falsas, o pedido aponta para episódios relacionados às fraudes trazidas à tona pela Operação Sem Desconto, da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU) — que apura descontos indevidos feitos por associações nas aposentadorias pagas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Isso porque, segundo a AGU, tem havido o uso criminoso da imagem de figuras públicas e, também, o crescimento de golpes aplicados por meio de anúncios digitais.

De acordo com a AGU, mais de 300 anúncios fraudulentos circularam nas redes sociais da Meta (dona do Facebook, do WhatsApp e do Instagram) prometendo falsas indenizações aos beneficiários que foram vítimas de descontos irregulares. Houve casos até em que o logotipo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi usado indevidamente para vender remédios jamais aprovados pela autoridade para distribuição no mercado interno.

No caso da violência digital, o pedido da AGU chama atenção para as mortes de crianças que participaram de “desafios”, no TikTok e no Kwai. Um dos casos mais chocantes foi o da menina Sarah Raissa Pereira de Castro, de oito anos, de Ceilândia (DF), que morreu depois de inalar desodorante, estimulada a fazê-lo por uma página de uma rede social.

Para a Advocacia-Geral da União, as plataformas estão sendo coniventes com esses riscos e descumprem a legislação brasileira, ao permitir que conteúdos ilegais continuem circulando no ambiente virtual. A AGU

Wesley McAllister/AscomAGU



Para a Advocacia da União, donas de redes sociais se omitem deliberadamente sobre publicações irregulares



[A medida é necessária por conta da] continuada conduta omissiva dos provedores de aplicação de internet em remover e fiscalizar de forma efetiva os mencionados conteúdos, em desrespeito aos deveres de prevenção, precaução e segurança"

Trecho da solicitação da AGU ao STF

Interpretação do artigo 19

A medida da AGU no âmbito do processo que discute a interpretação do artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14). Pela legislação, provedores — como redes sociais e serviços de vídeo — só podem ser responsabilizados civilmente por danos decorrentes de conteúdos de terceiros, caso descumpram uma ordem judicial para a remoção do material considerado ilícito. Com o pedido da AGU, o STF deve decidir se essa regra continua válida ou se, diante das circunstâncias atuais de produção de desinformação sem coibição legal, as empresas devem adotar medidas mais efetivas para evitar a circulação de conteúdos nocivos nas redes sociais.

considera que as plataformas que “impulsionam, moderam ou recomendam conteúdo ilícito devem ser responsabilizadas independentemente de notificação judicial”.

Além disso, a AGU menciona reportagem publicada pelo jornal norte-americano *The Wall Street Journal*, de 15 de maio, segundo a qual haveria “uma deliberada

falta de interesse da empresa Meta na verificação de anúncios”. Daí porque a Advocacia-Geral da União solicita que o STF deixe evidenciado que o Marco Civil da Internet não pode ser usado como desculpa para a omissão.

A AGU defende que as plataformas sejam obrigadas a moderar e prevenir a publicação de conteúdos nocivos — e que,

quando não fizerem isso, sejam responsabilizadas, mesmo que não exista uma ordem judicial para retirar o material do ar. Lembrou, inclusive, que o próprio Supremo e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tiveram de determinar a retirada de conteúdos considerados ilícitos, mas que isso não pode ser regra diante de situações urgentes.

TRAMA GOLPISTA

Testemunhas nada ouviram sobre quartelada

O Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu, ontem, as testemunhas de defesa do general da reserva Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo de Jair Bolsonaro. Os depoimentos mencionaram o afastamento entre eles, no final do governo, e os bastidores da transição presidencial depois da derrota nas urnas, em 2022, marcada pelo clima de desânimo no Palácio do Planalto.

O coronel da reserva do Exército Amilton Coutinho Ramos, ex-assessor de Heleno no GSI, foi um dos primeiros a depor. Segundo ele, o Gabinete de Segurança sempre atuou de maneira técnica e apartidária, mesmo nos momentos mais tensos do governo. No entanto, reconheceu o papel político que Heleno desempenhava no órgão.

“Pelo tempo que tenho no GSI, há 12 anos, ele é apolítico e apartidário. Nunca vi o GSI participando de reforma ministerial ou fazendo parte de cota na composição da Esplanada. Em palestra no GSI, Heleno deixou isso bem claro. Ele disse que, por vezes, poderia desempenhar o papel político por estar próximo à

Carolina Antunes/PR



Bolsonaro e Heleno teriam se afastado ao longo do governo

Presidência, mas os servidores deveriam seguir o trabalho institucional”, afirmou.

Questionado sobre eventual distanciamento entre o general e Bolsonaro ao longo do mandato, Amilton confirmou que as reuniões entre os dois diminuíram a partir da filiação do presidente ao PL, em 2021. “Aconteceu porque o general, em uma

convenção antes de o presidente assumir, havia demonstrado reservas com relação à corrente majoritária no Congresso”, explicou. Segundo ele, o afastamento foi entendido por ambos como uma necessidade estratégica de Bolsonaro, às vésperas das eleições presidenciais, para ampliar o apoio à sua candidatura.

Já o ex-ministro da Saúde

Marcelo Queiroga afirmou que jamais teve conhecimento de qualquer plano golpista no governo Bolsonaro. Depois da derrota nas urnas, disse ter se reunido com o presidente, no Palácio do Planalto, e o encontrou “muito triste, profundamente abatido, não parecia o mesmo”.

Questionado se houve alguma orientação do governo para impedir a transição, o ex-ministro negou. Queiroga confirmou a presença na reunião ministerial de 5 de julho de 2022. Para o ex-ministro, não houve exortação ao golpe.

Por sua vez, o ex-coordenador de Relações Institucionais da Agência Brasileira de Inteligência, Christian Perillier Schneider, destacou a relação estreita entre Bolsonaro e o então diretor da Abin, o hoje deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ). “(Ramagem) tinha relação direta com o presidente, não precisava passar pelo ministro”, o que reforça a tese da acusação de que o ex-diretor da Abin — também réu no inquérito que investiga a tentativa de golpe —, atuava alinhado ao núcleo duro do ex-presidente. (MM)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Motta sobe o tom contra o governo na pior semana para os contribuintes

Não há pior momento para o governo tratar de aumento de impostos do que na última semana de prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). É nesse contexto que o debate sobre o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) virou uma “treta” entre o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) — que criticou o governo pelo X (antigo Twitter) —, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que anunciou a medida e voltou atrás, parcialmente, na semana passada, mantendo o aumento do imposto.

O governo anunciou um congelamento de R\$ 31,3 bilhões no Orçamento de 2025, sendo R\$ 10,6 bilhões em bloqueios temporários e R\$ 20,7 bilhões em contingenciamentos mais duradouros. O valor cumpriria as regras do arcabouço fiscal, segundo as quais a despesa não pode crescer mais do que 2,5% ao ano (acima da inflação). Para atingir a meta fiscal, também prevê déficit zero, mas admite que poderá chegar a R\$ 31 bilhões.

Haddad sofre críticas por não fazer um corte de despesas maior, mas o catalisador da política é o aumento de alíquota de 0,38% para 0,95% para empréstimos e financiamentos a empresas. A alíquota diária passou de 0,0041% para 0,0082%, resultando em uma taxa anual de 3,95%. Entretanto, Haddad recuou da taxação de recursos enviados para investimentos no exterior, devido às pressões, e agora terá que anunciar um bloqueio adicional.

O aumento do IOF sobre o câmbio e operações de crédito das empresas aumentará o custo do crédito para a indústria. Haddad tenta amenizar esse impacto, com o argumento de que o aumento dos juros básicos é outro fator que influencia o custo dos empréstimos ao setor produtivo. “Quando aumenta a Selic, aumenta o custo do crédito. É igual. Quando aumenta a Selic, aumenta o custo de crédito e nem por isso os empresários deixam de entender a necessidade da medida”, disse.

O aumento do IOF possibilitou que a oposição retomasse a ofensiva no Congresso. O deputado André Fernandes (PL-CE), na Câmara, e o senador Rogério Marinho (PL-RN), apresentaram propostas para suspender o aumento por decreto legislativo. O assunto ganhou mais tração no Congresso depois de uma entrevista de Haddad ao jornal *O Globo*, na qual o ministro falou que a superação do déficit estrutural “depende muito mais do Congresso”. Segundo Haddad, “hoje nós vivemos um quase parlamentarismo. Quem dá a última palavra sobre tudo isso é o Congresso”.

Almoço indigesto

Essa declaração tirou Hugo Motta do sério, que usou as redes sociais, ontem, para enviar um recado direto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em tom crítico, contestou a condução fiscal do Executivo e se posicionou pelo X (Twitter) contra qualquer tentativa de aumento da carga tributária: “Bom dia e boa semana! Lembrando o que disse logo que assumi: o Estado não gera riqueza — consome. E quem paga essa conta é a sociedade. A Câmara tem sido parceira do Brasil, ajudando a aprovar os bons projetos que chegam do Executivo, e assim continuaremos. Mas quem gasta mais do que arrecada não é vítima, é autor. O Executivo não pode gastar sem freio e, depois, passar o volante para o Congresso segurar. O Brasil não precisa de mais imposto. Precisa de menos desperdício. Vamos trabalhar sempre em harmonia e em defesa dos interesses do país.”

Motta almoçou com Lula no domingo, evitou tornar pública suas críticas no fim de semana, mas não manteve o silêncio obsequioso. A pressão dos seus pares é para pautar o aumento do IOF o quanto antes. Para o governo, isso será um desastre. Difícilmente o aumento será aprovado num ambiente no qual as críticas dos setores prejudicados se somam a insatisfação dos contribuintes, que estão declarando o IR até o final deste mês. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), também participou do almoço, mas não se pronunciou.

Na conversa no Palácio da Alvorada, num encontro fora da agenda, Lula assumiu a responsabilidade pelo aumento do IOF e deixou claro para Motta e Alcolumbre que a proposta havia passado por ele. Ontem, o presidente da República foi embora mais cedo para casa com uma crise de labirintite, que geralmente é causada por infecções virais que inflamam o labirinto e/ou o nervo vestibular, estruturas importantes para o equilíbrio. Infecções como gripes e resfriados podem desencadear a doença. Outros fatores são infecções bacterianas, doenças autoimunes, traumas, problemas circulatórios, metabólicos e até mesmo o uso de certos medicamentos.

O aumento do IOF é uma dor de cabeça para os empreendedores das empresas do Simples Nacional, cuja alíquota subiu de 0,38% para 0,95%, com a alíquota diária passando de 0,00137% para 0,00274%, totalizando 1,95% ao ano. O IOF unificado em 3,5% para cartões de crédito e débito internacionais, cartões pré-pagos, compra de moeda estrangeira em espécie e empréstimos externos de curto prazo, às vésperas das férias, também é uma dor de cabeça para os contribuintes de classe média.

Enquanto isso, o aumento da faixa de isenção para contribuintes que ganham até R\$ 5 mil por mês e a implementação de uma alíquota maior para rendas superiores a R\$ 50 mil mensais empacaram no Congresso. Aumentar impostos para arrecadar mais e obter o equilíbrio fiscal pela receita, sem cortar gastos, parece uma obsessão de Lula. Mas parece que bateu no teto do Congresso, como uma Curva de Lafer política.